



MEMÓRIA SÓCIO-ESPACIAL COMO POSSIBILIDADE DE RESISTÊNCIA FRENTE A DESASTRES TECNOLÓGICOS¹

■ TIAGO CASTELO BRANCO LOURENÇO

Arquiteto Urbanista e Professor de História. Universidade Federal de Minas Gerais e Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Mestre e doutor em Arquitetura e Urbanismo (UFMG, 2014 e 2022). Professor da Escola de Arquitetura da UFMG e da Pucminas. É membro titular da Coordenação Colegiada do Grupo de Pesquisa MOM (Morar de Outras Maneiras). Trabalha com maquetes e com arquitetura e urbanismo na ASF/BR (Associação Arquitetas Sem Fronteiras Brasil) e na COAU (Corporação de Ofício de Arquitetura e Urbanismo). Presta assessoria técnica às ocupações urbanas e movimentos sociais de luta por moradia em Belo Horizonte e região. tiago@coau.com.br



RESUMO: O artigo apresenta a aplicação da ferramenta de levantamento de dados que explora a memória sócio-espacial das atingidas pelo desastre tecnológico da Samarco, com o rompimento da barragem de Fundão em Mariana/MG em 05 de novembro de 2015. As reflexões apresentadas foram desenvolvidas a partir das aplicações da ferramenta junto aos atingidos do distrito de Bento Rodrigues, e evidenciam suas possibilidades mobilizadoras para a atuação do ativismo social em contextos que envolvem eventos violentos e que gerem remoções como o caso estudado.

Palavras chaves: autonomia, memória sócio-espacial, desastre tecnológico

SOCIO-SPATIAL MEMORY AS A POSSIBILITY OF RESISTANCE AGAINST TECHNOLOGICAL DISASTERS

ABSTRACT: The article presents the application of the data collection tool that explores the socio-spatial memory of those affected by the Samarco technological disaster, with the rupture of the Fundão dam in Mariana/MG on November 5, 2015. The

¹ Este artigo é inspirado nas reflexões desenvolvidas na tese “Com orde minha mesmo” e nas pesquisas desenvolvidas no meu doutorado. A tese e as pesquisas de doutorado foram orientadas pela professora Silke Kapp dentro do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG.

reflections presented were developed from the application of the tool with those affected in the district of Bento Rodrigues, and highlight its mobilizing possibilities for the action of social activism in contexts that involve violent events that generate removals such as the case studied.

KEY-WORDS: autonomy, socio-spatial memory, technological disaster

LA MEMORIA SOCIOESPACIAL COMO POSIBILIDAD DE RESISTENCIA ANTE LOS DESASTRES TECNOLÓGICOS

RESUMEN: El artículo presenta la aplicación de una herramienta de recolección de datos que explora la memoria socioespacial de los afectados por el desastre tecnológico de Samarco, con el colapso de la presa Fundão en Mariana/MG el 5 de noviembre de 2015. Las reflexiones presentadas fueron desarrolladas por sobre la aplicación de la herramienta entre los afectados en el distrito de Bento Rodrigues, y resaltar sus posibilidades movilizadoras para el desempeño del activismo social en contextos que involucran eventos violentos y que generan desalojos como el caso estudiado.

PALABRAS-CLAVE: autonomía, memoria socioespacial, desastre tecnológico

INTRODUÇÃO

Este artigo explora a aplicação de uma ferramenta de levantamento de dados que visa subsidiar e engajar um grupo sócio-espacial² atingido por um desastre tecnológico, o rompimento da barragem de Fundão da empresa Samarco³ em 05 de novembro de 2015, na elaboração do projeto de urbanismo para seu reassentamento.

² Grupos sócio-espaciais são grupos de pessoas que se organizam na produção de um espaço. O conceito grupo sócio-espacial parte da reflexão realizada em pesquisas do Grupo MOM (Morar de Outras Maneiras) vinculado à Escola de Arquitetura da UFMG. No artigo “Grupos sócio-espaciais ou a quem serve a assessoria técnica” de autoria da professora Silke Kapp, ela sistematiza várias reflexões que são desenvolvidas nas atividades de pesquisa, extensão e ensino do grupo. O artigo utiliza o conceito almejando contribuir na sua formulação e avaliação como possibilidade de reflexão para trabalhos de extensão universitária.

³ A Samarco Mineração S.A. é uma empresa mineradora que está em atividade desde o final dos anos 1970 e tem sua sede em Belo Horizonte. A extração de minério de ferro, por sua vez, ocorre nos municípios de Ouro Preto e Mariana, e o seu produto final, a pelota de minério de ferro, é produzida na usina de pelotização da empresa, em Ponta Ubu, no município capixaba de Anchieta. A usina está integrada com um porto da própria empresa para exportação do material produzido. A ligação dessas duas unidades de produção — a extração e a pelotização — se dá através de um mineroduto que atravessa vários municípios de Minas Gerais e Espírito Santo. A Samarco é uma empresa que integra todos os seus processos. Dentre as empresas brasileiras de mineração, ela é uma das que mais agrega valor ao seu produto, já que vende a pelota de minério para usinas siderúrgicas de todo o mundo. É propriedade da multinacional brasileira Vale S.A. e da anglo-australiana BHP Billiton.

Em meados de 2016, no decorrer do acompanhamento dos atingidos pelo referido desastre, uma assessoria voluntária acessou um pequeno apoio financeiro da *Brazil Foundation*.⁴

A complexidade do fenômeno demandava o envolvimento de diferentes disciplinas, evitando análises parciais e restritas as diferentes áreas do conhecimento envolvidas: cinco arquitetos, dois cientistas sociais, um geógrafo, um historiador e uma psicóloga.

A assessoria técnica trabalharia com este recurso a memória sócio-espacial dos lugares atingidos, a fim de provocar e mobilizar os atingidos na concepção do reassentamento, até então era conduzido pela Samarco e, posteriormente, o seria pela Fundação Renova.⁵

Até então, as várias reuniões com os atingidos, eram em espaços e condições muito institucionalizados, mediados pela empresa ou pelo MPMG⁶, impedindo um contato eficiente com a memória sócio-espacial dos atingidos e suas possibilidades no desenvolvimento dos estudos para reassentamento apresentados pela Samarco. Os lugares diretamente afetados, tampouco o dia a dia em Mariana, onde os atingidos aguardavam o reassentamento definitivo, eram pouco considerados.

⁴ Essa entidade mobiliza recursos para apoiar financeiramente ações que promovam “igualdade, justiça social e oportunidades para os brasileiros”. Disponível em: <<https://brazilfoundation.org/quem-somos/?lang=pt-br#menu-our-community>>. Acesso em: 14 mar. 2020.

⁵ A Fundação Renova é uma organização não governamental privada e sem fins lucrativos responsável pela reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG). Ela é o resultado de um compromisso jurídico chamado Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) estabelecido com as empresas responsáveis pelo desastre-crime: Samarco, Vale e BHP Billiton.

⁶ A completa ruptura com os lugares destruídos pela lama levou o MPMG (Ministério Público de Minas Gerais) a assumir um grande protagonismo na condução das ações para restituição dos direitos desses atingidos. Essa atuação não partiu das experiências de produção do espaço dos lugares destruídos. Os atingidos parecem ser ouvidos, porém trata-se de uma oitiva pouco relevante, gerando grande frustração entre os envolvidos no que tange aos resultados alcançados.

Assim, na busca de contribuir para a elaboração de soluções participativas de reassentamento das famílias atingidas pelo rompimento da barragem de rejeitos de minério, empreendeu-se profunda reflexão para a consecução de uma metodologia de abordagem qualitativa que, através de um exercício de memória de seus ex-moradores, permitisse minuciosa reconstituição [...] (Liberato et al., 2017, p.3).

Na discussão da memória sócio-espacial, o conceito de lugar é considerado, as experiências de vida nas localidades atingidas que atribuem sentido e significados seriam retomadas nas lembranças e memórias que deveriam orientar o reassentamento.

As lembranças e memorações seriam evidência dos processos sociais coletivos vividos pelos atingidos. Como diz Éclea Bosi, “A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora” (Bosi, 1994, p.36). As recordações dos lugarejos se somariam à condição de atingido, que então construía também uma nova trajetória em Mariana. Durante a espera pelo reassentamento definitivo, as lembranças se juntariam àquele momento vivido, construindo novos significados e processos sócio-espaciais, que deveriam ser considerados.

Mesmo nessa condição de exilados da própria vida, esses grupos são portadores de processos sócio-espaciais que aconteceram no lugar cuja experimentação nos moldes anteriores ao evento traumático se encontra interdita. O acesso a eles era possível, mas nunca mais como antes do ocorrido. Os atingidos rememoram o que havia sido com base nos escombros do que sobrara e constroem uma nova experiência num lugar que não é seu. Essa condição de exílio não impede que os grupos sócio-espaciais retomem as memórias e lembranças dos lugares onde antes haviam habitado e vão contaminando o tempo vivido com suas experiências pregressas.

A assessoria pretendia, com seu trabalho, o resgate dessa memória para contribuir na mobilização e reorganização dos grupos sócio-espaciais, na retomada dos lugares que se encontravam ainda enlameados e impedidos de ser novamente moradias e espaços para viver. A aposta que essa retomada seria determinante na construção dos reassentamentos: “Essa memória é fundamental, para acessá-la tem que ter tempo. Não dá pra chegar e fazer algo burocrático! É com uma entrevista em profundidade, fomos procurando saber, fomos perguntando, nós entramos na privacidade dos outros.”⁷

A memória até aquele momento era negligenciada pelos atores institucionais envolvidos, tratada como uma dimensão subjetiva que impedia a eficiência no atendimento aos processos de restituição e reparação dos direitos. A assessoria voluntária entendia ser esta uma dimensão essencial a ser considerada no reassentamento. Sartori e Valencio destacam como a memória merece atenção no que concerne a populações afetadas por desastres como o promovido pela Samarco:

A memória em torno de um desastre vivenciado consiste em uma abordagem que permite compreender as ligações entre as dimensões materiais e as dimensões simbólicas do tecido microsocial comunitário imerso nesse acontecimento trágico, possibilitando um novo entendimento do sujeito no mundo, abordagem esta que a interpretação institucional recorrentemente descarta. Tais ligações são as que permitem revelar que, por detrás da crise aguda — frequentemente denominada como sendo “o dia do desastre” —, desenvolve-se uma crise crônica, na qual tanto as insuficiências quanto as omissões de providências públicas voltadas para os grupos sociais mais fragilizados resultam em debilitá-los ainda mais. (Sartori & Valencio, 2016, p.185).

⁷ Apoiadora. Entrevista apoiadora. 16 abr. 2017. Entrevista concedida ao EI PUC Minas.

Os grupos sócio-espaciais atingidos pelo desastre tinham hábitos cooperativos e comunitários arraigados, práticas que valorizavam a vida coletiva e menos individualistas. O desastre rompe com esta condição, as reparações fomentam atitudes individualistas, a nova memória se apresenta mais fragmentada, sem uma construção coletiva que a caracterizava antes do desastre. O exílio leva os grupos sócio-espaciais à dispersão com um passado comum construído sobre um suporte espacial que não existe mais. A memória sócio-espacial se apresentava como uma tentativa de costura para o reassentamento definitivo. O acesso à esta memória sócio-espacial tem a intenção de indicar os limites, respeitando suas questões internas, para não gerar uma nova violência.

Esses grupos sócio-espaciais já eram excluídos no contexto de Mariana. Com o desastre da Samarco, essa exclusão fica exposta, manifestada por exemplo na estigmatização e criminalização a que são submetidos ao serem obrigados a sair dos seus lugares distantes e passarem a viver na cidade. Suas práticas são naturalmente ditadas por sua pobreza, insegurança e condições difíceis de vida. Uma população distante das práticas urbanas. O que eles possuem — hábitos, relações de parentesco e a vida comunitária que existia no lugar atingido — aspectos que os faz sentirem um pouco mais confortáveis nesse exílio. Usualmente não tratada como estratégia de resistência política, a aposta na memória sócio-espacial para organizar a pauta da restituição e da reparação de direitos.

BENTO RODRIGUES

Desde os primeiros meses, após o desastre, a assessoria voluntária acompanhava vários eventos com os atingidos, mas ainda não tinha conhecido os locais diretamente

atingidos pela lama em 05 de novembro de 2015 na cidade de Mariana. Esta condição não era exclusiva da assessoria, vários agentes do MPMG que tinham um importante papel no caso também nunca tinham ido. Isso evidencia como a produção do espaço é percebida como pouco relevante para a compreensão dos grupos sócio-espaciais. Os lugares afetados eram a manifestação coletiva dos atingidos, mas, ainda assim, eram pouco considerados para além de sua condição de objeto danificado a ser restituído.

Em junho de 2016, a assessoria acompanhada por um atingido conheceu Bento Rodrigues. No percurso para a localidade, conheceram também o terreno da Lavoura, local escolhido, em março daquele ano, para o reassentamento definitivo do “Novo Bento”. Víamos que era um terreno com grandes declividades, diferente do antigo Bento, que ficava numa várzea às margens do Rio Gualaxo do Norte.

Sempre que estava com um atingido, a assessoria aproveitava a oportunidade para conhecer melhor o cotidiano nesse exílio. Na ida para Bento Rodrigues o atingido guia contava sobre sua vida em Mariana. Ele tinha uma pequena horta em sua casa no distrito atingido e que não era possível cultivar em Mariana, já que morava num bloco de apartamentos e não tinha quintal. Uma familiar sua começou o plantio de uma horta numa pequena praça, na frente ao edifício, entretanto ela foi destruída pelas crianças que moravam na região.

Ao chegar em Bento Rodrigues, estacionaram o carro na beira da estrada, ao lado da cerca de arame farpado que impedia o acesso ao local. O acesso se dava, naquela ocasião, por uma estrada que passava no pé do talude de um grande dique, que havia sido construído um pouco antes do núcleo urbano, o dique S3.⁸ Passaram pelo pé do dique e sobre seu vertedouro, onde puderam ver uma água completamente impactada por resíduos de mineração.

⁸ O dique S3 retinha a lama que ainda estava dispersa nas várzeas a montante e evitava que continuasse descendo e impactando rio abaixo (soluções semelhantes foram adotadas em outros pontos do leito do Rio Gualaxo do Norte).

Após passar o dique, seguiram na estrada que, em parte, coincidia com o que um dia fora o leito do Rio Gualaxo do Norte e suas margens. Subiram e chegaram a uma parte mais alta, de onde puderam visualizar toda Bento Rodrigues, um grande deserto vermelho com as ruínas das casas de uma, àquele momento, cidade fantasma.



Figura 1. Vista panorâmica de Bento Rodrigues em visita no dia 18/06/2016.

Fonte. Acervo do autor

Entraram em Bento. Percorreram suas ruas enlameadas em meio às ruínas, num silêncio ensurdecedor. Era incômodo quando, em meio à lama, se visualizava algum objeto de uso cotidiano — uma panela com resquícios do que seria um almoço ou jantar naquele fatídico dia 5 de novembro de 2015, arrancada de algum fogão ou mesa e soterrada com várias outros objetos para, quem sabe, no futuro, ser redescoberta e contar um pouco da história do cotidiano daquele lugar, que um dia teve vida, mas que, naquele instante, era uma paisagem desoladora de destruição e recordações.

Já nessa primeira visita, a assessoria percebeu que uma abordagem meramente descritiva daquilo que se perdera não era suficiente para compreender aqueles lugares, era importante a reconstrução da paisagem afetada:

[...] a paisagem não é a simples adição de elementos geográficos disparatados. É uma determinada porção do espaço, resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução. (Bertrand, 1971, p.2)

A paisagem como conjunto único e indissociável era a expressão da prática histórica daquele grupo sócio-espacial, revelada para além das questões materiais, abrangendo as condutas e relações sociais que estabeleciam. (Castoriadis, 1982, p.33).



Figura 2. Vestígios do cotidiano numa das casas atingidas em visita no dia 18/06/2016

Fonte. Acervo do autor

Chegaram aos escombros da casa do atingido guia. Enquanto andavam pelo interior da antiga morada, ele os mostrava os utensílios que ainda estavam lá e não foram retirados.

No quarto de onde ele viu todo o ocorrido no dia 5 de novembro de 2015, ele fez um silêncio solene. Da janela contou do estrondo que ouviu quando a lama chegou a Bento Rodrigues. Ela percorreu toda parte baixa do lugarejo, cobrindo várias casas, especialmente aquelas mais próximas do Rio Gualaxo do Norte, ou Rio do Campo, como ele preferia se referir ao curso d'água. A lama seguiu o seu curso, quando então se chocou com a encosta na outra margem do rio, formando uma grande onda e retornando em direção a Bento Rodrigues, num grande tsunami vermelho. Contou que, nessa hora, ficou desesperado, a lama pareceu ainda mais forte e foi na direção de várias outras casas que ainda não tinham sido alcançadas. A onda estacionou e foi retornando devagar, enquanto ele via tudo de camarote convencido de ser aquele o fim dos tempos prometido nos escritos bíblicos. No dia ele não conseguiu chorar, ficou chocado sem saber o que era tudo aquilo que ocorria aos pés de sua casa. Durante todo o seu relato, ele destacava a altura a que a lama chegara, indicando seus vestígios nos escombros nas casas de seus vizinhos.

Para a assessoria, ao ouvir um relato como aquele, ficou atestada a importância de rememorar a violência do fato. Perceberam que seria essencial compreender o impacto do evento, reforçando a necessidade de percebê-los como um agente político, não somente vítimas:

Em questão de minutos, famílias inteiras se tornaram testemunhas impotentes da destruição de suas moradias e, junto com elas, de todas as realizações de suas vidas, pelo arrastão de lama em sua lancinante passagem. Se já não fosse suficientemente

trágico, as famílias que após a destruição de seus lugares foram levadas para a sede municipal, onde, num primeiro momento encontraram amparo e solidariedade, hoje têm de conviver com rótulo de 'Atingidos': um misto de dó e, também, de responsabilização pela paralisação da atividade minerária. (Liberato et al., 2017, p.3).

A vida rememorada encoberta pela lama despejada pela Samarco em Bento Rodrigues era a tarefa a ser desenvolvida, a expectativa era provocar mudanças nos procedimentos que vinham sendo adotados nas propostas de reassentamento. Promover uma reconstrução memorialista dando ênfase nos vários lugares existentes em Bento Rodrigues, a localização das moradias, dos equipamentos de uso coletivo, as relações de vizinhança e as territorialidades do lugar soterrado. Uma ação que resgatasse a memória sócio-espacial dos lugares atingidos poderia colocar esses grupos sócio-espaciais noutra correlação de forças nas negociações a que vinham sendo submetidos com a Samarco, que, ainda em meados de 2016, era quem pautava as questões acerca da restituição dos direitos.

O contato com Bento Rodrigues explicitou que memória e paisagem eram aspectos indissociáveis, sendo esta última a expressão concreta no espaço da trajetória daquele grupo sócio-espacial, uma expressão coletiva de sua experiência de produção social do espaço. Nos escombros do lugarejo destruído pela lama, o passado, o presente e o futuro do grupo se mostravam.

GARIMPANDO ATINGIDOS POR MARIANA

Após a visita a Bento Rodrigues, a primeira etapa foi 'garimpar' os atingidos reassentados em Mariana — que o acesso não se desse pela comissão dos atingidos ou pelo MPMG — tentando se desvencilhar dos ambientes institucionalizados. Para

chegar a eles, se perguntava em bares e outros comércios pela cidade, queria-se acessar o atingido que ficava nas assembleias — muitas vezes, calado — e que, nos últimos meses, passara, numa atitude resignada, a não participar mais desses eventos.

Sempre que se achava um atingido, entrava-se em contato com vários outros de sua rede de relações, passando a frequentar suas casas e a compreender melhor como acontecia a vida no distrito destruído e no reassentamento provisório em Mariana. Após o primeiro contato, se realizava uma entrevista em profundidade com a família atingida. As entrevistas eram sempre conversas livres, sem o suporte de perguntas, o entrevistador acompanhava o percurso que o entrevistado escolhia assumir na conversa.

Eram procedimentos preparatórios e exploratórios, por isso flexíveis. Geralmente, nesses encontros apresenta-se o que se pretendia como assessoria técnica. Aquela pesquisa preliminar era parte de um processo em construção, junto com os atingidos, dos aspectos que orientariam os trabalhos a serem desenvolvidos nos próximos anos. Passa-se também a realizar visitas periódicas, numa estratégia de conquistar a confiança e estreitar os laços para além de uma formalidade.

Nessas entrevistas abertas iniciais, atentava-se para a linguagem adotada pelos atingidos, a qual expressava o cotidiano dos lugares enlameados. Assim, deixávamos o atingido falar à vontade: “Como característica principal desta técnica sobressai a de deixar o entrevistado/pesquisado livre para falar durante uma conversa informal, na qual o entrevistador/pesquisador assume postura de ouvinte atento”. (Liberato et al., 2017, p.35).

Nessas entrevistas preparatórias evitava-se fazer anotações ou qualquer tipo de registro. Realizava-se as atividades em dupla e, sempre após uma sessão, anotava-se os assuntos abordados. No fim de um dia de trabalho, todas as equipes se reuniam e

contavam as diferentes conversas que tiveram durante as sessões. Tais procedimentos foram úteis para compreender como se organizavam aqueles grupos sócio-espaciais, tanto nos lugares atingidos quanto em Mariana, e evitar cair em fofocas e disputas internas. Não que essas situações não interessasse: elas eram parte daqueles grupos, mas não cabia à equipe participar e se posicionar em relação a elas.

Os cientistas sociais que compunham a equipe eram os responsáveis pela condução dessa atividade, contudo, os arquitetos ficavam incomodados, achavam aquele procedimento pouco objetivo, muito invasivo e supunham que contribuía pouco para o entendimento do lugar. Com as primeiras entrevistas e os questionamentos internos da equipe, concluíram ser necessária a espacialização dos aspectos levantados, direcionando para o que seria o segundo momento dos encontros como suporte dos mapas colaborativos.

A estratégia do mapa colaborativo partia de uma base cartográfica que indicava as ruas e os edifícios de destaque de Bento Rodrigues; basicamente, a escola, o posto de saúde e as igrejas. Essa base servia de partida para a conversa, o interlocutor acrescentava informações nela enquanto contava sobre o lugar. Nas conversas associadas ao mapa, percebia-se um pouco das relações no distrito destruído e como esses grupos sócio-espaciais se conformavam: “[...] além da reconstrução das feições morfológicas (estruturas e funções), foram mapeados aspectos socioculturais, sócio espaciais, sócio históricos e sócio afetivos, enfatizando as relações de vizinhança e as formas organizativas [...]” ((Liberato et al., 2017, p.4).

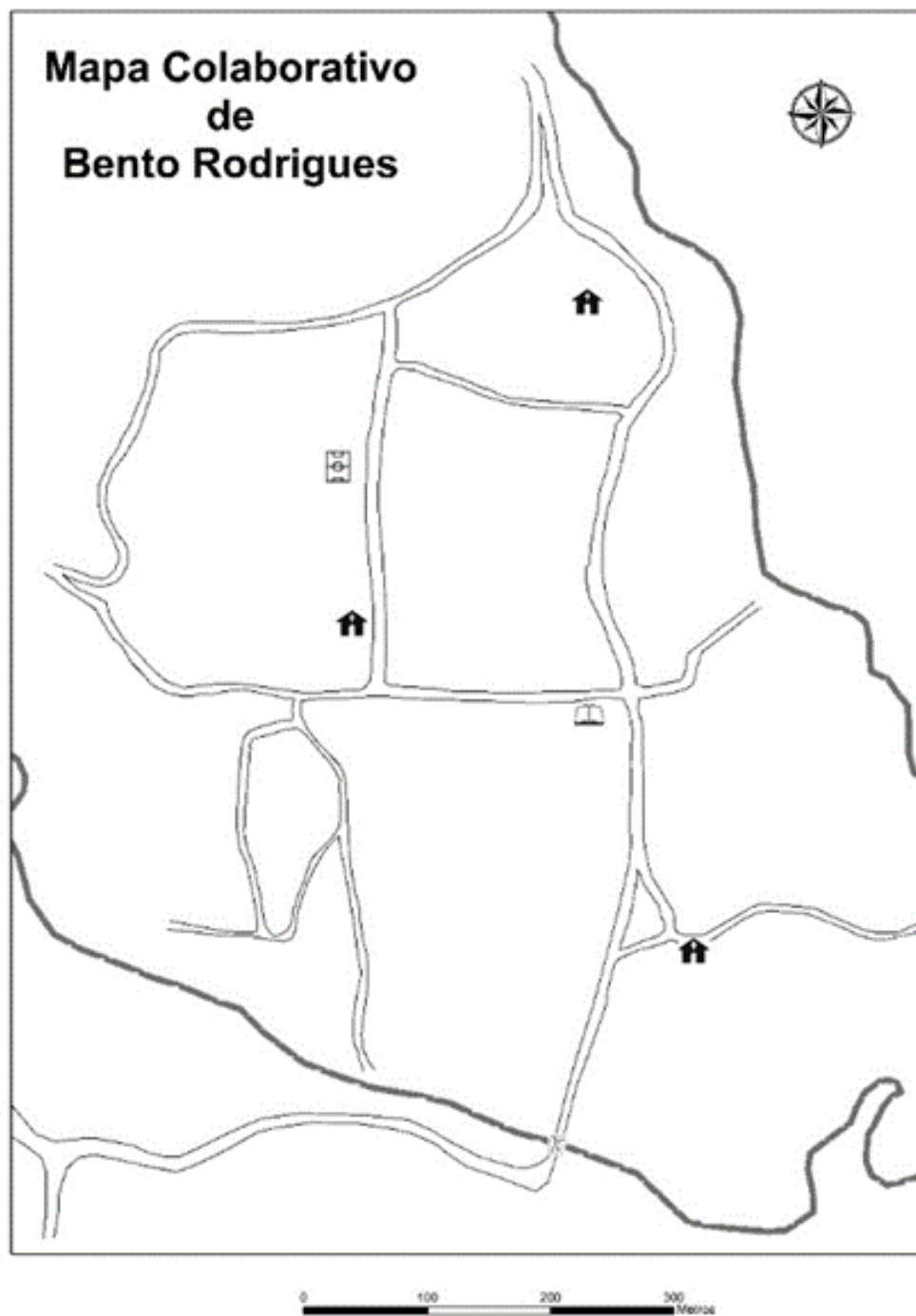


Figura 3. Base do mapa colaborativo de Bento Rodrigues

Fonte. Acervo do autor

Essa estratégia — se denominou, num primeiro momento, cartografia colaborativa⁹ — ela se assemelhava a outra aplicada, a cartografia participativa, um método para produzir mapas comunitários em oposição aos mapas institucionalizados. Estes últimos representam a realidade a partir de um ponto de vista dominante e acabam desconsiderando a perspectiva daqueles diretamente envolvidos com o espaço que se estuda. (Chambers, 2006).

Nas conversas realizadas a partir dos mapas, o atingido se colocava espacialmente, emitindo opiniões e informações sobre o grupo sócio-espacial que lá morava. Esse processo permitiria ao atingido desenhar e fornecer outras informações, tais como: localização da sua casa; vizinhos próximos; nome das ruas; casa dos parentes e amigos mais próximos; como se identificavam os diferentes lugares dentro do distrito; bares, açougues, pequenos estabelecimentos comerciais e outros lugares em que costumavam fazer compras; lugares que gostavam de frequentar e porque gostavam de fazê-lo; lugares que não gostavam de frequentar e porquê.

No processo ficou perceptível a diferença entre os atingidos: aqueles mais influentes no lugar expressavam essa condição na produção de seus mapas, colocando informações mais detalhadas; os que não ocupavam essa posição apresentavam informações mais superficiais, deixando várias regiões em branco, provavelmente uma dificuldade de integração. A produção desses mapas permitiu visualizar processos internos de segregação sócio-espacial, algo que também se manifestava noutras situações quando os atingidos estavam reunidos.

⁹ O termo cartografia colaborativa tem sido utilizada pela base de dados cartográficos do Google. Para evitar eventuais questionamentos quanto ao seu uso, a equipe escolheu se referir a estratégia de levantamento de dados como cartografia participativa. Os procedimentos da cartografia participativa se assemelhavam ao que denominávamos como cartografia colaborativa.

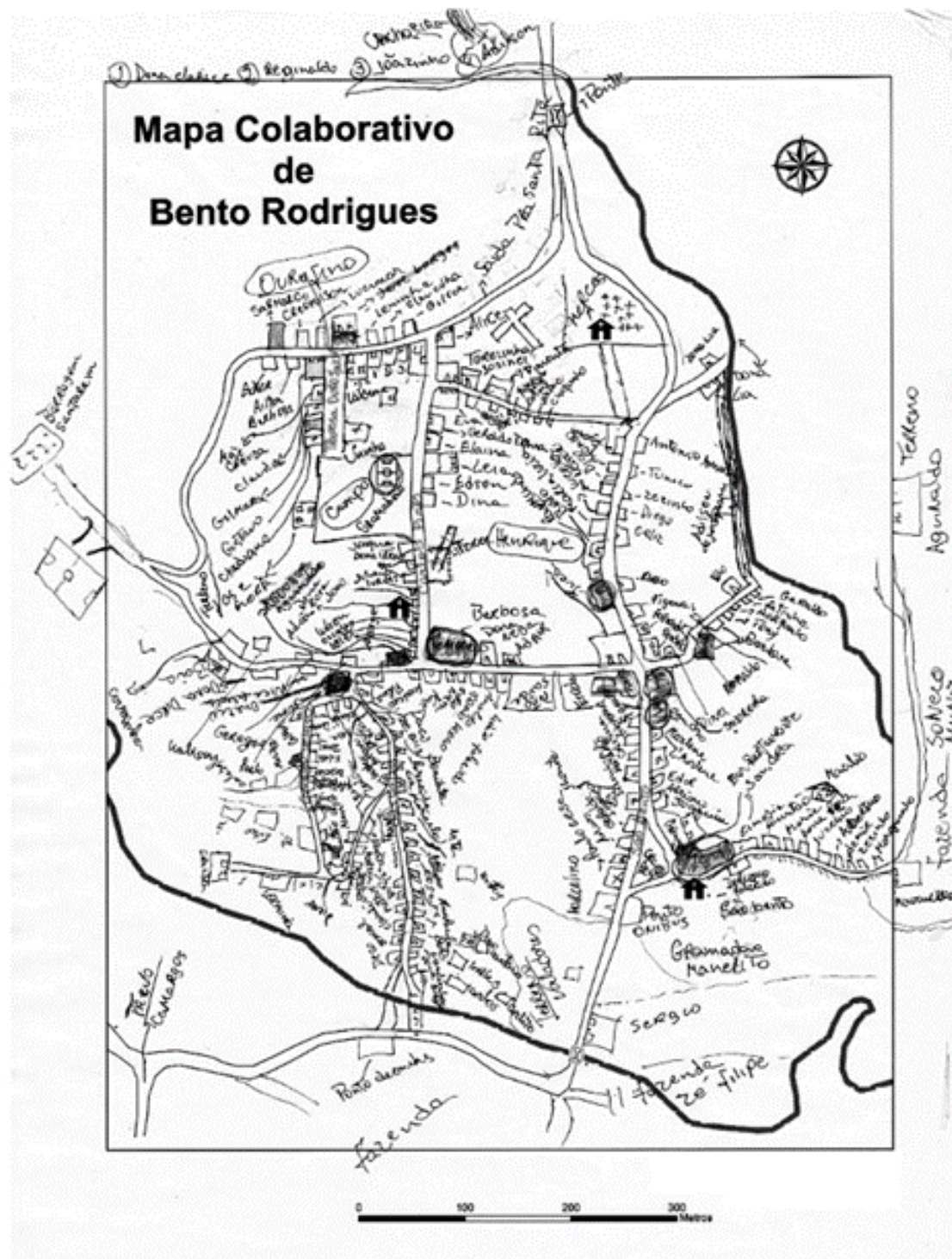


Figura 3. Base do mapa colaborativo de Bento Rodrigues

Fonte. Acervo do autor

A partir de então, passou-se a frequentar as reuniões e assembleias com outra percepção das posturas e falas dos atingidos do distrito. Parte da dinâmica social do lugar atingido era retomada naqueles momentos: os mais influentes tinham um maior protagonismo nas falas e questionamentos junto à Samarco e à Renova; outros ficavam mais calados e observando tinham uma postura submissa. Com base nesse diagnóstico da memória sócio-espacial, começou-se a provocar a fala daqueles que ficavam calados, para que suas expectativas individuais fossem coletivizadas e também influenciassem as decisões que eram tomadas.

A cartografia produzida, além da reconstrução da paisagem dos lugares apagados pela de lama da Samarco, era também uma possibilidade para mobilização de seus moradores, contribuindo com a reorganização daqueles grupos sócio-espaciais. Nessa reorganização os conflitos também aflorariam e precisariam ser discutidos no processo de reassentamento e restituição de direitos.

O exercício demandava uma reflexão crítica que era sempre atravessada por lembranças saudosistas que reafirmavam as diferenças outrora existentes nos lugares perdidos. A saudade daquilo que se perdeu levava a manifestações de insegurança e incertezas. Repensar a segregação sócio-espacial que identificamos na produção dos mapas e nas reuniões coletivas era um desafio que o grupo sócio-espacial não parecia disposto a enfrentar. Assim, a assessoria precisava ter cuidado na condução dessas questões para não cometer outra violência para além daquelas que o grupo já vinha sofrendo.

Isso indicava os desafios de uma assessoria que escolhia participar do processo numa interação direta com os atingidos; não há técnicos neutros e descolados da realidade em que atua. Uma assessoria técnica que acompanhasse os atingidos deveria

buscar canais diretos de comunicação com eles, não se restringindo aos canais institucionalizados.

A trajetória social dos quadros que compõem as assessorias técnicas favorecem o desenvolvimento de um trabalho em que se estabelece uma relação estreita com a elite dos territórios, e não com sua base cotidiana. Resolver esta situação numa experiência de assessoria técnica junto a grupos sócio-espaciais atingidos por um desastre como aquele gerado pela Samarco era ainda mais complexo, mas precisava ser considerado, especialmente tendo em vista o forte peso institucional na suas resoluções.

A memória sócio-espacial não almejava um ordenamento dos atingidos a partir de sua perspectiva; buscava, antes, construir com esses grupos sócio-espaciais estratégias para que pudessem se colocar como sujeitos no processo de reassentamento e restituição dos seus direitos. Essa intenção apresentou seus percalços.

Eu lembro que houve um espanto muito grande de um deles: “Gente, que lotes são esses? Como assim?!”. A gente explicou: “Esses lotes a gente entende que é estranho, mas é assim que eles conseguem as relações de vizinhança”. Um lote esquisito, no meio da quadra, por isso que ele tem esse tanto de vizinho, ele tem relação com todos esses vizinhos, se ele não for assim ele não vai ter essas relações. Isso torna o processo complexo. Então, um técnico que estava fora, que não tinha participado das reuniões, não vinha acompanhando, não compreendia. Era um baita de um desafio para os técnicos que tavam desenvolvendo o projeto.¹⁰

O levantamento da memória sócio-espacial dos distritos atingidos nos mostrou que aspectos importantes dos lugares e de sua população deveriam ser considerados numa assessoria técnica e na elaboração dos projetos urbanísticos para o reassentamento.

¹⁰ Agente Público. Entrevista agente público. 18 set. 2018. Entrevista concedida ao EI PUC Minas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aplicação dessa ferramenta cartográfica evidenciou a importância de considerar a experiência daquele grupo sócio-espacial nos lugares atingidos pela lama, uma possibilidade para superar as abstrações que norteavam a definição das resoluções dos problemas gerados pelo desastre até então.

Após a elaboração e análise dos mapas colaborativos, começou-se a desenvolver outra interface para realizar uma dinâmica que partisse também da memória sócio-espacial. Mas, dali em diante, não seria somente com o núcleo familiar, como no mapa. Seria um material que proporcionasse uma discussão com uma coletividade mais ampla, uma maquete na escala de 1/1000 de Bento Rodrigues.

A discussão poderia ser realizada com outros instrumentos, como num mapa maior, porém, durante as entrevistas e a elaboração dos mapas colaborativos, os atingidos citavam vários aspectos relacionados à morfologia dos lugares. Uma maquete física ajudaria na compreensão das relações da memória sócio-espacial com os aspectos físico-territoriais dos lugares atingidos: “E o negócio da materialidade, com a maquete podíamos avançar nisto, a pessoa vai ver, ela vai poder pegar”.¹¹

A atividade ocorreria num evento em 2 de novembro de 2016, na Praça Gomes Freire, centro histórico de Mariana, onde as maquetes seriam apresentadas e finalizadas, numa grande oficina pública. A intenção era também que os moradores de Mariana conhecessem um pouco mais sobre os lugares destruídos, buscando esclarecer a presença dos atingidos reassentados na sede municipal.

¹¹ Apoiadora. Entrevista apoiadora. 16 abr. 2017. Entrevista concedida ao EI PUC Minas.

Quando fizeram as maquetes, apresentaram para as famílias, eu participei um dia e observei que alguns conseguiram entender, outros não, mas eu acho que foi uma ferramenta válida. Então tinha gente com o senso muito apurado, outras pessoas não. Eu tenho uma imagem muito clara de uma senhorinha, ela chegando e olhando, uma técnica foi explicar e falou: “A senhora vai morar aqui! A senhora está entendendo?” Ela respondeu: “Eu só quero a minha casa”.¹²

Começou-se a produzir as maquetes e a organizar o evento. Uns quinze dias antes do evento, houve uma reunião em Mariana, para organizar os últimos procedimentos. Na referida reunião estavam presentes a comissão dos atingidos e funcionários da Fundação Renova. Parecia que estavam todos cooptados pela Fundação Renova. Inclusive, o evento começou a ser considerado como parte das ações coordenadas pela Renova.

A cooptação, muito utilizada por aqueles que ocupam o poder para enfraquecer quem os questiona, leva a situações marcadas pela desconfiança. Essa é uma circunstância observada também em outras lutas sociais, como nas ocupações urbanas de Belo Horizonte, quando representantes das organizações políticas e do apoio acadêmico se vinculam a estruturas burocráticas do Estado ou a ONGs. Ao retornar aos lugares, como representantes dessas estruturas, geram desconforto e desconfiança entre os parceiros de luta. É comum ouvir burburinhos resignados: “Companheiros, tomem cuidado com ‘fulano de tal’, ele agora é da Secretaria...”. É importante ressaltar que as falas são quase sempre num sentido de perda de um quadro político. Ocasões como essa nunca são tratadas como o caso de um agente que poderia estar dentro dessas estruturas burocráticas trabalhando para a luta política no campo do inimigo. A percepção de ser sempre uma perda é indicativo de como são frágeis essas posições.

¹² Agente Público. Entrevista agente público. 18 set. 2018. Entrevista concedida ao EI PUC Minas.

Uma assessoria técnica direta sempre apresenta fragilidades, especialmente frente à complexidade das medidas necessárias diante do desastre da Samarco. A retomada de uma ação institucionalizada parecia imprescindível, apesar do receio de que essa escolha poderia levar à burocratização da luta política, o que, segundo Castoriadis, enseja a destruição de transformações mais profundas, como concluí ao observar as revoluções socialistas do século XX. (Castoriadis, 1982, pp.78-79).

Entrementes, neste caso havia uma disputa dentro do MPMG, entre o CAO-DH¹³ e a Cimos¹⁴. A assessoria que desenvolvia a estratégia da memória sócio-espacial era identificada como associada ao CAO-DH, graças a outros trabalhos que eram parceiros, o que gerava ruídos com a Cimos que também atuava entre os atingidos. Havia, ainda, embates entre o MAB e as Brigadas Populares. Nesse panorama a referida assessoria era associada às Brigadas. Com isso, os militantes do MAB sempre evitavam estabelecer qualquer contato com a assessoria em fóruns públicos. O MAB também era próximo ao clero da Arquidiocese de Mariana. Como vários participantes da assessoria eram professores da PUC Minas, foram considerados representantes da Arquidiocese de Belo Horizonte.

Disputas como essas são recorrentes nas experiências de assessoria técnica, o que demanda certa predisposição ao diálogo para garantir a continuidade dos trabalhos. Em Mariana, isso foi agravado pela complexidade do desastre. Ademais, a assessoria técnica era vista como forasteira e ainda não tinha conseguido superar essa imagem, algo que não poderia alcançar naquele momento.

Apesar da situação, aquele ensaio indicou cuidados a serem tomados pela assessoria que se instalaria a partir de novembro de 2016, apoiando diretamente a

¹³ CAO-DH – Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e Apoio Comunitário

¹⁴ CIMOS – Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais

ESPAÇO E CULTURA, UERJ, RJ, JUL/DEZ DE 2025, N. 53 a 58, P. 369-394.

<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/>

comissão dos atingidos de Mariana e o MPMG, assumida pela Cáritas Brasileira¹⁵. Esta última já havia desenvolvido vários trabalhos em parceria com a Cimos em Conceição do Mato Dentro, em embates contra outra multinacional da mineração.

Então, a Cáritas nessa história da luta com a mineração, sua prioridade é a luta contra os grandes projetos, em defesa do povo pobre, que é quem mais sofre. Quando chega um grande projeto, os ricos tendem a ganhar, porque vão montar supermercados, vão crescer, os médicos vão crescer porque vai ter mais trabalho etc. Em Conceição os hotéis crescem. Então quem tem dinheiro na cidade ganha, mas os pobres acabam ficando mais pobres. Então nossa chegada em Conceição aconteceu a partir de um convite do Ministério Público de Minas Gerais, nós não estávamos lá no começo da luta, a luta foi construída por atores locais, o próprio Ministério Público, Reaja, MAM, a própria universidade, o GESTA, que foram os atores iniciais lá. A Cáritas chega a partir de um convite pelo Ministério Público, através da Cimos, eles conheceram um trabalho que a Cáritas tem no Nordeste que chamamos de Fundo Rotativo Solidário, que é essa história de exercer a solidariedade, muito ligada à questão produtiva. Então o MPMG convidou a Cáritas no sentido de dar uma compensação aos atingidos e atingidas pela mineração lá em Conceição do Mato Dentro. Nós falamos com eles: “Nós não pegamos dinheiro direto da mineração”. E eles disseram: “Podem ficar tranquilos, vem através do TAC”. Era um Termo de Ajustamento de Conduta que eles tinham aplicado na mineradora Anglo American, aí nós elaboramos o projeto. O que queríamos com esse projeto é mostrar que existe outra forma de construir as riquezas, ela pode ser gerada a partir do talento local, em Conceição tem outras possibilidades de exploração, não somente a mineração. Tem o talento do seu povo, que inclusive estava ali antes da mineração, tem uma culinária rica, o queijo é rico, a quitanda é rica. Então

¹⁵ A Cáritas é uma entidade da Igreja Católica, ela foi criada para ser o braço social da igreja. No Brasil a Cáritas tem 60 anos, foi criada pelo Dom Hélder Câmara, que se dedicou às causas dos pobres no Brasil, ele criou a Cáritas como uma rede internacional de ajuda humanitária presente em 202 países, ele trouxe para o Brasil a Cáritas em 1956.

esses são os instrumentos que nós queremos desenvolver. O turismo também é rico, tem muitas cachoeiras bonitas, muitos penhascos, a Serra do Espinhaço, a Serra do Cipó... são várias coisas a serem mostradas para o mundo!¹⁶

Essa nova experiência de assessoria técnica desenvolvida junto aos atingidos tinha maior intimidade com as práticas institucionalizadas, propensa, portanto, a desenvolver pautas abstratas e distante das questões cotidianas daqueles grupos sócio-espaciais. Isso poderia levar a uma atuação que se assemelha ao que Marcelo Lopes de Souza classifica como ativismo no sentido fraco (Souza, 2005, p.281), ou seja, atento a resultados distantes do que interessa aos diretamente afetados no embate.

Uma atuação institucionalizada exigiria engajamento das organizações políticas que atuavam junto aos atingidos, como o MAB e os apoiadores vinculados ao meio acadêmico, para a construção de pautas que tais agentes considerassem ganhos políticos para além das questões imediatas. A prática política clientelista de atendimento às demandas imediatas dos atingidos, a partir de então também promovida pela Fundação Renova, era o grande desafio que se somava a outro: a atenção aos procedimentos de uma assessoria institucionalizada.

Nesses casos a cooptação é mais recorrente, desestabilizando o engajamento dos agentes. Essa cooptação não se dá somente pelo óbvio atendimento das demandas desse grupo, mas também por colocar situações que exigem o envolvimento dos assessores no seu atendimento e prejudicam o acompanhamento mais próximo dos grupos sócio-espaciais atingidos, ou se desvencilhando de situações conflituosas e não as resolvendo, como indica o testemunho de uma agente pública nas discussões sobre o projeto de Bento Rodrigues: “Eu participei de reuniões, que o clima ficou um pouco

¹⁶ Assessoria atingidos. Entrevista assessoria atingidos. 25 jul. 2017. Entrevista concedida ao EI PUC Minas.

mais tenso, eles conseguem baixar um pouco, eles não se colocam nesta linha de ataque, eles tentam dar uma acalmada, eles têm um equilíbrio para conduzir”¹⁷.

Todo mecanismo ou procedimento institucionalizado utilizado numa luta política deve ser tratado com cuidado. Ele cria elementos que passam a mediar as relações, prejudicando o exercício da autonomia dos grupos sócio-espaciais envolvidos, já que a autonomia se manifesta no fazer. Por isso, qualquer redução desse fazer a procedimentos e ferramentas pode ser uma intervenção que prejudique sua autonomia e reduza seu potencial emancipatório. (Castoriadis, 1982, p.95).

As contradições de uma assessoria técnica institucionalizada passam pela dificuldade em superar o imaginário capitalista.

Eu tive menos contato. Eu não tive mais contato com a Renova, menos com a Cáritas. Com a Cáritas, pelo menos nas visitas, eu sentia um certo receio de se posicionar, ficavam mais na deles, eu não via tendo um comportamento agressivo, eu sentia que às vezes precisava ter mais, contar mais com a presença deles de defesa. A minha percepção era que, quando estava com a comissão dos atingidos, existia alguma conversa, algo que estava sendo debatido, mas, quando ia para embate, ficavam provocando os atingidos para se posicionarem, mas as famílias não se posicionavam, ficavam, sabe?¹⁸

A valorização da memória sócio-espacial dos atingidos foi um instrumento que buscou dar visibilidade às suas práticas cotidianas, sem privilegiar somente as disputas postas pelas institucionalidades e suas supostas conquistas, ainda que também carregada dos vícios institucionais dos técnicos envolvidos. Contudo, as resistências e conflitos que ela provocou deu indícios de ser uma ferramenta útil em situações que

¹⁷ Agente público. Entrevista agente público. 18 set. 2018. Entrevista concedida ao EI PUC Minas.

¹⁸ Agente Público. Entrevista agente público. 18 set. 2018. Entrevista concedida ao EI PUC Minas.

envolvam desastres sócio-técnicos como o gerado pela Samarco em 05 de novembro de 2015.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos professores e coordenadores do Grupo de Trabalho “Território, conflitos e ativismos sociais urbanos” do XVIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana (SIMPURB) Glauco Bruce Rodrigues, Tatiana Tramontani Ramos, Matheus da Silveira Grandi e Rafael Zilio Fernandes, pela oportunidade desta publicação e as discussões suscitadas com os demais participantes da reunião do GT em dezembro de 2024 na cidade de Niterói.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERTRAND, Georges. Paisagem e geografia física global: um esboço metodológico. *Caderno de Ciências da Terra, Revista IGEOG-USP*, São Paulo, n. 13, 1971.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, [1979] 1994.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade* [L'institution imaginaire de la société]. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, [1975] 1982.

CHAMBERS, Robert. Participatory mapping and geographic information systems: Whose map? Who is empowered and who disempowered? Who gains and who loses? *Electronic Journal on information systems in developing counties*, n. 25, v. 2, 2006.

LIBERATO, Rita de Cássia; GONTIJO, Eduardo O.; OLIVEIRA, Estela D. Cartografia Participativa: uma proposta de método para resgate da espacialidade das comunidades atingidas pelo rompimento da barragem da mineradora SAMARCO/S.A. em Mariana Minas Gerais. *Comunicação Oral Apresentada às X Jornadas Antropológicas UFSC*. Florianópolis. Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

SARTORI, Juliana; VALENCIO, Norma. O desastre vivenciado: a importância da memória social de idosos através da análise do caso de São Luiz do Paraitinga. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 13, n. 26, jul.-dez. 2016. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/5146/0>. Acesso em: 31 mar. 2018.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, [2000] 2005.

Outras fontes:

Agente Público. Entrevista agente público. 18 set. 2018. Entrevista concedida ao EI PUC Minas.

Apoiadora. Entrevista apoiadora. 16 abr. 2017. Entrevista concedida ao EI PUC Minas.

Assessoria atingidos. Entrevista assessoria atingidos. 25 jul. 2017. Entrevista concedida ao EI PUC Minas.